

# BANCO RIBEIRÃO PRETO S.A.

CNPJ nº 00.517.645/0001-04

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores acionistas, conselheiros e clientes:** Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 31 de dezembro de 2021. Após uma sequência de choques observados, muitos deles em escala global, como o preço do petróleo e gargalos na cadeia de suprimentos, a inflação brasileira ainda foi atingida pela maior crise hídrica dos últimos 90 anos. Eventos climáticos extremos, notadamente a prolongada estiagem e a ocorrência de secas, resultaram em quebras nas safras de milho, cana-de-açúcar e café, e contribuíram para a elevação nos preços de commodities agrícolas. Em resposta ao cenário inflacionário mais desafiador, o Banco Central empreendeu no maior e mais intenso ciclo de elevação da taxa SELIC, que saltou de 2,00% até 9,25% em dez/21, de forma a bloquear os riscos de uma propagação da inflação para o ano de 2022 via inércia, com o propósito de evitar um ônus ainda maior à sociedade. Por fim, o IPCC fechou o ano em 10,06%, ultrapassando o teto da meta estabelecida pelo CMN de 5%. Diante dos desafios apresentados, ao longo do exercício, o BRP continuou em sua missão e seguiu seu plano estratégico, focando nas evoluções tecnológicas, investindo nos

canais de comunicação, através da implementação de novo Netbanking que possibilita maior flexibilidade de uso e “comodidade” ao cliente. Lançamento do APP para Pessoa Física com uma linguagem mais simples e objetiva e com funcionalidades como o pagamento instantâneo que trazem maior liberdade para a realização de consultas e transações onde o cliente estiver. O BRP manteve o desenvolvimento da sua infraestrutura de APIs, possibilitando novos modelos de negócios e parcerias de uma maneira bem mais simples e ágil acreditando nas inovações dos produtos financeiros, seguindo as oportunidades que surgem e sendo fiel na agregação de valor aos seus clientes. Diante disso, o Open Banking demonstra ser um projeto que vai transformar a indústria financeira e o BRP em parceria com a LINA, uma infratech provedora de soluções financeiras, segue cumprindo as determinações do Banco Central do Brasil, estando apto na 3ª fase do Open Banking que contempla as conformidades funcionais do meio de pagamento Pix. A implementação de abertura de contas e *onboarding* digital em operações da carteira varejo vem contribuindo para a melhoria no fornecimento de soluções cada vez mais alinhada

das expectativas dos clientes. Para atender todos estes movimentos financeiros tecnológicos o BRP investiu na sua infraestrutura, adquirindo novos servidores que trazem segurança e qualidade na informação. Com isso, o BRP encerrou o exercício de 2021 com um total de ativos de R\$ 1.215,59 bilhões, com a carteira de crédito expandida (Emprestimos/Financiamentos, fianças, CPRs, CDCA, CRA e Debêntures) representando R\$ 830,08 bilhões com um crescimento de 27,44% em relação aos saldos de carteira em 31 de dezembro de 2020. Com relação aos títulos e valores mobiliários o BRP aumentou a sua carteira de títulos privados de 40,44 milhões para 176,83 milhões representando um aumento de 337,28%. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 21,57 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 185,64 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 12,1%. O total de depósitos, contemplando os depósitos à vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito

Agregação (LCA) e Letras Financeiras Garantidas (LFG) somou R\$ 617,86 milhões, com decréscimo de 3,67% em relação aos valores de 31 de dezembro de 2020. Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 210,95 milhões, equivalente a 113,63% do seu patrimônio. O patrimônio líquido representou 13,73% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 9,25%. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A. –

Ribeirão Preto, 1º de fevereiro de 2022.

Balancos patrimoniais - 31/12/2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Ativo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>726.206</b>	<b>687.918</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.221	152.101
Disponibilidades		222	102
Aplicações interfinanceiras de liquidez		49.999	151.999
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>5</b>	<b>400.733</b>	<b>297.539</b>
Carteira própria		280.871	205.065
Incluídos à prestação de garantias		11.520	11.400
Vinculados a compromissos de recompra		114.641	81.006
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6</b>	<b>3.782</b>	<b>1.207</b>
Instrumentos financeiros derivativos		3.782	1.207
Repasses de recursos de terceiros		1.436	567
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.436	567
<b>Operações de crédito</b>	<b>7</b>	<b>238.599</b>	<b>176.512</b>
Setor privado		239.855	177.776
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(1.256)	(1.264)
<b>Outros créditos</b>	<b>12</b>	<b>24.061</b>	<b>54.336</b>
Créditos tributários		5.975	12.495
Títulos e crédito a receber -			
Sem Característica de Concessão de Crédito	17 (iii)	600	19.054
Títulos e crédito a receber -			
Com Característica de Concessão de Crédito	7	16.512	22.423
Provisão para crédito de liquidação duvidosa -			
Com Característica de Cessão de Crédito	7	(115)	(199)
Diversos		778	396
Créditos a receber		674	712
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	7	(42)	(102)
Premio a diferir sobre créditos a receber		(281)	(343)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>17 (ii)</b>	<b>7.374</b>	<b>6.763</b>
Ativos não financeiros mantidos para venda		7.374	6.763
Provisões para desvalorizações		(11)	(6)
<b>Não Circulante</b>		<b>489.388</b>	<b>401.109</b>
Realizável a longo prazo		476.983	393.363
Títulos e valores mobiliários	5	48.398	3.606
Carteira própria		48.398	3.606
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Repasses de recursos de terceiros		-	-
<b>Setor privado</b>	<b>8</b>	<b>346.344</b>	<b>326.241</b>
Capital de giro		350.933	333.057
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(4.589)	(6.816)
<b>Outros créditos</b>	<b>12</b>	<b>71.445</b>	<b>54.798</b>
Créditos tributários		15.319	6.467
Títulos e crédito a receber -			
Sem Característica de Concessão de Crédito	17 (iii)	18.152	17.500
Títulos e crédito a receber -			
Com Característica de Concessão de Crédito	7	44.963	54.054
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Créditos a receber	7	(6.300)	(3.669)
Premio a diferir sobre créditos a receber		(1.459)	(2.054)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>17 (ii)</b>	<b>10.896</b>	<b>8.718</b>
Ativos não financeiros mantidos para venda		12.939	10.761
Provisões para desvalorizações		(2.043)	(2.043)
<b>Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>10.788</b>	<b>7.497</b>
Imobilizado de uso		1.617	249
Outros imobilizações de uso		2.172	144
Diferenças acumuladas		1.215,594	1.089,027

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional** O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas n.º 2.121, 4ª andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às cartéis comerciais, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A. O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região, além de fomentar as atividades mercantis, industrial e de agropecuária. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, e em conformidade com as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. No exercício de 2021, o mercado financeiro ainda sofreu os efeitos da pandemia refletido pelos impactos econômicos e sociais, entretanto, a diretoria do Banco tem tomado ações para mitigar tais impactos, de modo que os resultados do exercício de 2021 do Banco não foram afetados de forma relevante. O Banco está continuamente trabalhando em planos de adaptação à situação principalmente com relação às medidas sanitárias da nova variante Ômicron, no sentido de prevenção de contaminação de nossos colaboradores. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31/01/2022. (a) **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** Vigentes a partir de 19/01/2021: (i) A Resolução nº 2 de 12/08/2020, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. (ii) Resolução CMN nº 4.747/19 - Estabelece o reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda, sendo reclassificados para a rubrica contábil do ativo circulante na data de seu reconhecimento e pelo prazo máximo de um ano. O Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda, bem como de uso recuperado pela instituição pela liquidação duvidosa. (iii) Resolução CMN 4.818 de 29/05/20 - Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (b) **Novas normas e normas que ainda não estão em vigor** Em 2021, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil emitiram novas normas que serão implementadas com vigência futura. Vigentes a partir de 19/01/2022: (i) Resolução CMN nº 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB nº 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif). (ii) Resolução CMN nº 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB nº 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido. (iii) Resolução CMN nº 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB nº 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente. (iv) Resolução CMN nº 4.950 de 30/12/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial. (v) Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB nº 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis. (vi) Resolução CMN nº 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN nº 5.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. (vii) Resolução BCB nº 48 de 10/12/20 (Revoga a Circular nº 3.365/2007 e altera a Circular nº 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologia e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB. (viii) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 19 de janeiro de 2022, os artigos 24, 76, 78 e inciso XIX do art. 80, e a partir de 19/01/2025, os demais dispositivos. Vigentes a partir de 3/01/2022: (i) Resolução CMN nº 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR). (x) Resolução CMN nº 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução nº 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Vigentes a partir de 19/03/2022: (xi) Resolução CMN nº 4.926 de 24/1/21 (Alterar a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. (xii) Resolução BCB nº 111 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de ativos em carteira de proteção e carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que tratava a Resolução revogada nº 4.193. Vigente a partir de 19/07/2022: (xiii) Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/21 (Alterar a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. Vigentes a partir de 19/07/2022 e 19/12/2022: (xiv) Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/21 - Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRASC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática e ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas. **3. Descrição das principais políticas contábeis** As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes: (a) **Apuração do resultado** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aqueles de natureza financeira. (b) **Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. (c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata”, dia, com base na variação do índice e na taxa de juros pactuados. (d) **Títulos e valores mobiliários** **Instrumentos financeiros** De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas: (i) Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários; e (iii) Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários mantidos com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção ( hedge ) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. (f) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** Demonstradas a valor presente com base no índice e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas

Balancos patrimoniais - 31/12/2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>708.206</b>	<b>561.965</b>
Depósitos	9	204.887	70.590
Depósitos à vista		23.987	23.409
Depósitos a prazo		58.600	47.182
		122.291	7.129
<b>Captações no mercado aberto</b>		<b>113.520</b>	<b>80.000</b>
Incluídos a compromissos de venda		11.520	80.000
<b>Recursos de acéites e emissão de títulos</b>	<b>9</b>	<b>143.450</b>	<b>226.000</b>
Recursos de letras de crédito imobiliário		101.095	135.894
Recursos de letras de crédito do agronegócio		8.482	5.958
Recursos de letras de financiamento garantida		33.877	84.406
<b>Obrigações por repasses do País - Instituições</b>		<b>20.226.120</b>	<b>162.344</b>
Oficiais		397	478
BNDES		1.250	161.866
FINAME		224.473	2.288
FUNCAFÉ		1.240	161.866
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Repasses de recursos de terceiros		-	-
<b>Outras obrigações</b>	<b>11</b>	<b>2.400</b>	<b>22.773</b>
Outras obrigações		2.400	22.773
Sociais e estatutárias		5.393	5.393
Fiscais e previdenciárias		7.303	11.738
Diversas		5.134	4.259
<b>Não Circulante</b>		<b>321.750</b>	<b>365.192</b>
Depósitos	9	89.040	216.030
Depósitos a prazo		68.220	100.914
DPGEN		20.820	115.125
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Instrumentos financeiros derivativos		-	-
Recursos de acéites e emissão de títulos	9	180.428	128.448
Recursos de letras de crédito imobiliário		107.370	121.269
Recursos de letras de crédito do agronegócio		73.058	7.179
<b>Obrigações por repasses do País - Instituições</b>		<b>47.031</b>	<b>18.210</b>
Oficiais		614	2.173
BNDES		13.396	3.511
FINAME		33.021	12.236
FUNCAFÉ		5.251	207
<b>Outras obrigações</b>	<b>12</b>	<b>2.521</b>	<b>207</b>
Outras obrigações		2.521	207
Créditos tributários		5.251	207
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>185.638</b>	<b>161.869</b>
Capital de domiciliação no País		166.710	151.570
Reserva de capital		5.751	3.468
Reservas legais		1.078	1.274
Reservas de lucros		15.099	17.435
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.215.594</b>	<b>1.089.027</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando a situação financeira do devedor justificar um mudança no nível de risco. As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. (g) **Outros valores e bens** Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original. (h) **Permanente - Investimento:** O Banco possui participação societária em registradores/depositárias centrais e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 8). Conforme Resolução 4.280/13, o Banco Ribeirão Preto S.A. fica dispensado de apresentar demonstração financeira consolidada. • **Imobilizado de uso:** é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 10%; veículos e equipamentos de processamento de dados 20%; edificações 4%. (i) **Passivos circulate e exigível a longo prazo** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos. (j) **Imposto de renda e contribuição social** A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 25% (2020 - 20%). Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, bem negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo. (k) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e incluem, substancialmente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente. (l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 8.223/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma: **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. • **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas. • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente, provisionando a atualizável mensalmente. **Caixa e equivalentes de caixa** O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por: 

	2021	2020
Disponibilidades	222	102
Aplicações interfinanceiras de liquidez	49.999	151.999
NTN - Notas do tesouro nacional	50.221	152.101

Demonstrações de resultado			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2021	2020
<b>Segundo Semestre</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>57,62</b>	<b>130.081</b>	<b>107.953</b>
Operações de crédito		40.098	106.862
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.874	7.919
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		7.700	17.300
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(40,641)</b>	<b>(67,631)</b>	<b>(42,207)</b>
Operações de captação		(35,136)	(56,740)
Operações de empréstimos e repasses		(3,947)	(5,989)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 (e)	(1,658)	(4,911)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>17,031</b>	<b>(23,478)</b>	<b>65,746</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(11,964)</b>	<b>(62,450)</b>	<b>(23,858)</b>
Recursos de prestação de serviços		2.217	3.271
Despesas de pessoal		(5,817)	(11,252)
Outras despesas administrativas		(5,666)	(12,449)
Resultado não operacional		(1,283)	(3,902)
Outras receitas operacionais		1	152

Continuação...

**BANCO RIBEIRÃO PRETO S.A.** CNPJ nº 00.517.645/0001-04

cedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. (b) **Risco de mercado** A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação. Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia "value-at-risk" para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adotou o modelo *EVE (Economic Value of Equity)* para cálculo do risco, que consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos ativos e passivos através de uma taxa de desconto da carteira. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos de longo prazo. A área de Gestão de Risco é a responsável pela atividade de gerenciamento do risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN. (c) **Risco de crédito** As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de

negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação. (d) **Risco de liquidez** O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descalamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem. (e) **Risco operacional** A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecimento na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco. (f) **Risco Socio ambiental** A área de Gestão de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução nº 4.327/14 do CMN. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área de Risco a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes. A área analisa a implementação da gover-

nança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. 16. **Transações com partes relacionadas** Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução nº 4.636/18, consolidada pela Resolução nº 4.818/20. As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 31 de dezembro: (a) **Saldos e operações**

Descrição	Parte relacionada	2021		2020	
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos	Pessoa Física	(375)	(7)	(623)	(11)
Depósitos	Pessoa Jurídica	(151)	(15)	(744)	(16)
LCI - Letras de crédito imobiliário	Pessoa Física	(12.824)	(1.192)	(22.988)	(1.293)
LCA - Letras de crédito do agronegócio	Pessoa Física	(11.867)	(917)	(4.298)	(260)
		(25.217)	(2.131)	(28.653)	(1.580)

(b) **Remuneração da diretoria** As despesas nos exercícios de 2021 e 2020 com remuneração dos diretores são compostas basicamente de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica "Despesas de pessoal" e "Participação nos resultados" na demonstração do resultado do exercício. 17. **Outras informações** (i) Durante o exercício foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 3.907 (2020 - R\$ 3.400) baseado nas diretrizes definidas pela diretoria. (ii) Os outros valores e bens referem-se à escrituração de imóveis recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo menor valor entre o custo contábil e o valor justo, avaliados periodicamente quanto ao valor recuperável real dos bens e, quando aplicável, é constituída provisão. A diretoria continua não medindo esforços na diluição dos ativos não financeiros. (iii) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão, no montante R\$ 18.752 (2020 - R\$ 19.054), referem-se, substancialmente, a dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R\$ 445 no exercício referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

**A Diretoria****Contador**

Glauber Ferreira - CRC 1SP 315735/O-2


**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

**A Diretoria e ao Conselho de Administração Banco Ribeirão Preto S.A. Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange

o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras** A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas

em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria do Banco. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 1º de fevereiro de 2022

 **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP000160/O-5  
**Rodrigo de Camargo**  
Contador CRC 1SP21976/O-1